

TERMO DE REFERÊNCIA

Prestação de Serviços de filmagem, transmissão em tempo real, gravação e edição das imagens das sessões plenárias do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Versão 4

Data de Elaboração: 10/04/2026

1. OBJETO

1.1. Prestação dos serviços de *filmagem e transmissão ao vivo das sessões plenárias do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) via plataforma de streaming definida a critério do Tribunal, com edição básica das imagens ao vivo, espelhamento para os televisores do plenário, gerenciamento da plataforma Zoom para usuários que participam da sessão plenária de forma remota, ou outra indicada pelo Tribunal, filmagem e transmissão ao vivo do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), e a gravação das Sessões em alta qualidade para upload posterior*, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência e nos requisitos da contratação descritos no Estudo Técnico Preliminar realizado com a finalidade de atender à demanda identificada no âmbito da Subsecretaria das Sessões (*Unidade Requisitante*) do **TCE-RJ**. O objeto abarca também a avaliação/substituição dos equipamentos, cabeamento e conexões em quantidades necessárias ao futuro remanejamento da mesa de operação para o fundo da plateia e os testes para verificar a viabilidade da fixação das câmeras no teto ou parede.

1.2. Os quantitativos pretendidos para a contratação dos serviços são os expressos no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Solução de filmagem e transmissão ao vivo (via YouTube ou outra plataforma streaming, caso solicitado) com edição básica ao vivo das sessões plenárias do TCE-RJ, incluindo o gerenciamento das imagens nos televisores do plenário, o gerenciamento da participação remota (em regra na plataforma Zoom), bem como a gravação do arquivo de vídeo das Sessões para posterior upload em qualidade total e backup.	Diária	130

1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o **TCE-RJ**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.4. A adjudicação será por MENOR PREÇO GLOBAL, tendo em vista que o Tribunal busca uma solução completa, de forma que o prestador único do serviço deva possuir gerência sobre todos os equipamentos a fim de garantir a qualidade na prestação do serviço. Desse modo, a divisão por itens potencialmente poderia prejudicar qualitativamente o trabalho.

1.5. A contratação seguirá o regime de execução de empreitada por preço unitário, considerando a contratação do serviço por preço certo de unidades determinadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A contratação dos serviços justifica-se pela necessidade de otimizar e modernizar as atividades desempenhadas nas Sessões Plenárias, ao conferir mais qualidade ao processo de filmagem e transmissão, o que garante a adequada publicidade às decisões proferidas e proporciona aos jurisdicionados e aos cidadãos fluminenses em geral maior compreensão dos trabalhos realizados pela Corte de Contas, em quantitativo de demanda previsto pela Subsecretaria das Sessões (*Unidade Requisitante*).

2.2. A contratação busca dar continuidade aos serviços que vêm sendo contratados por este Tribunal ao longo dos últimos anos, nos Processos TCE-RJ nºs 302.779-1/11, 303.197-6/12, 302.381-4/13, 302.402-6/14, 302.750-3/15, 300.663-4/17, 301.938-6/18, 304.081-2/19, 302.641-1/21 e 301.096-7/23, direcionando-os, agora, especificamente à transmissão das sessões plenárias. Trata-se de objeto continuamente contratado desde 2012 e que se tornou essencial para o adequado funcionamento de diversas atividades relacionadas à rotina do TCE-RJ como um todo.

2.3. Com a modernização do ambiente físico do plenário, será necessária uma solução que possa suprir os 2 momentos da contratação, que incluem a mesa de operações e as câmeras em duas posições distintas no plenário. Desse modo, devem ser assegurados equipamentos de filmagem, edição e transmissão, cabeamento e conexões em quantidades necessárias ao futuro remanejamento da mesa de operação para o fundo da plateia e os testes necessários para verificar a viabilidade da fixação das câmeras no teto ou paredes.

3. NATUREZA DO OBJETO

3.1. Os serviços contemplados neste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, que está baseada na descrição da solução como um todo, indicada nos Estudos Técnicos Preliminares realizados pelo TCE-RJ.

4.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1.1. A empresa deve realizar a transmissão com edição ao vivo (via YouTube ou outra plataforma de streaming, caso necessário) da filmagem das sessões plenárias do TCE-RJ, incluindo o gerenciamento das imagens nas televisões do plenário, o gerenciamento do Zoom (ou outra plataforma, caso necessário) para participantes remotos da sessão, filmagem e transmissão ao vivo dos intérpretes de libras, bem como a gravação do arquivo de vídeo das sessões para posterior upload na plataforma de streaming em qualidade total e backup.

4.1.2. A prestação dos serviços será iniciada 7 dias úteis após a assinatura do contrato, considerando que a contratada tomará todas as medidas necessárias e descritas neste documento.

4.1.3. A contratação inclui atividades típicas, tais como: preparo do local para a transmissão; gerenciamento de grupo de participantes remotos com respectivos testes de áudio e vídeo; transmissão ao vivo no YouTube (ou outra plataforma) utilizando a conta oficial do Tribunal, bem como transmissão nas televisões do plenário; gravação simultânea da sessão para posterior upload no streaming de vídeo e para backup; dentre outras.

4.1.4. Serão necessárias sete câmeras, sendo uma para captação de imagem em plano aberto, uma para captação de imagem do serviço de libras e cinco para captação de imagem dos conselheiros individualmente em diversos ângulos.

4.1.5. As câmeras devem possuir funcionalidade PTZ (Pan/Tilt/Zoom) profissional, motorizada, com controle remoto via IP, RS-232/422/485 ou joystick dedicado. Montagem: suporte para teto, parede ou chão, conforme o ambiente da plenária, a ser definido pelo TCE-RJ. Operação contínua, adequada para transmissões de longa duração. Sensor de imagem do tipo CMOS ou equivalente de alta performance, com formato mínimo de 1" (uma polegada) ou superior. Preferencialmente sensor retroiluminado (back-illuminated) ou com tecnologia equivalente para melhor captação em baixa luminosidade. Captura mínima em Full HD (1920 x 1080). Idealmente compatível com 4K (3840 x 2160) a 30 fps ou mais, permitindo evolução futura das transmissões. Zoom óptico mínimo de 20x, permitindo cobertura ampla e close-ups sem perda de qualidade. Deve possuir equilíbrio de branco automático (AWB) e manual/configurável, com presets para iluminação de tungstênio, luz natural e fluorescente. Deve permitir ajuste manual de ganho, exposição e compensação de luz de fundo (BLC), além de faixa dinâmica ampliada (WDR) para adaptação a diferentes níveis de iluminação. Foco automático e manual, com controle remoto e possibilidade de ajuste fino para situações específicas de enquadramento.

4.1.6. A solução de captação de imagem em plano aberto (plano geral do plenário) deverá ser capaz de enquadrar, simultaneamente, todos os membros da sessão plenária, assegurando qualidade técnica compatível com transmissões institucionais, com captura mínima em Full HD (1920 x 1080), preferencialmente 4K (3840 x 2160), e com recursos de zoom óptico que permitam ajustes de enquadramento sem perda de qualidade.

4.1.7. A imagem do plano aberto deverá ser captada sem distorções geométricas perceptíveis, devendo preservar a proporcionalidade dos elementos da cena e a linearidade das estruturas do ambiente (tais como paredes, mesas e demais referências arquitetônicas), sendo vedada a utilização de equipamentos ou lentes que produzam efeito de distorção acentuada, como aquelas com características típicas de lentes ultra grande-angulares não corrigidas (ex.: efeito "olho de peixe").

4.1.8. A escolha dos equipamentos (câmeras, lentes e demais acessórios) ficará a critério da contratada, desde que atenda integralmente aos requisitos de qualidade de imagem estabelecidos neste Termo de Referência, sendo vedada a adoção de soluções que comprometam a fidelidade visual da cena, ainda que tecnicamente viáveis.

4.1.9. A contratada realizará testes para identificar o melhor posicionamento das câmeras em alinhamento com as necessidades definidas pelo TCE-RJ, de modo que poderão ser utilizados suportes de teto chão ou parede. A escolha do posicionamento deverá ser validada pelo TCE-RJ.

4.1.10. Por "edição básica" compreende-se a inserção de faixa de créditos, ao vivo, para identificar os membros do Tribunal que estiverem em destaque e outras informações processuais caso solicitado. As informações a serem adicionadas serão repassadas pela Subsecretaria das Sessões (SSE) com antecedência mínima de 2 (duas) horas. Ainda, compreende o ajuste de cores, brilho, contraste e outros que resultem na melhor qualidade da transmissão.

4.1.11. A Imagem e som captados e editados devem ser transmitidos ao vivo via streaming no canal oficial do TCE-RJ no YouTube (ou em outra plataforma, caso necessário e solicitado), por meio de link de acesso à internet do TCE-RJ.

4.1.12. Serão necessários dois profissionais: um operador de câmera e áudio/som e um profissional especializado para coordenar as imagens que serão lançadas nos telões do plenário para acompanhamento dos conselheiros e da plateia no decorrer das sessões, bem como a inserção de faixa de créditos.

4.1.13. Um dos profissionais deverá estar habilitado a cumprir atividades técnicas e operacionais relacionadas à operação, monitoramento e manutenção dos equipamentos, assegurando o funcionamento contínuo e regular dos serviços, em conformidade com as normas e diretrizes aplicáveis.

4.1.14. A transmissão ao vivo também envolve o acompanhamento, no local, para gerenciar as interações telepresenciais nas sessões (entre Conselheiros, membros do Ministério Público, advogados e demais representantes que participem remotamente via Zoom ou plataforma semelhante).

4.1.15. O serviço também envolve habilitação prévia dos participantes remotos da sessão, com testes de comunicação na plataforma Zoom. Tal procedimento deve ocorrer nos 30 minutos anteriores à sessão e consiste em fazer um teste de comunicação com conselheiros, patronos, ou outro participante remoto, orientando-os sobre o procedimento. Caberá ao profissional da contratada contatar individualmente estes participantes. A lista de participantes remotos com seus detalhes de contatos será providenciada pela Subsecretaria das Sessões (SSE) até 60 minutos antes da sessão. Embora o fornecimento do aplicativo Zoom seja de responsabilidade do TCE-RJ, a empresa deverá gerenciar o uso do aplicativo durante a sessão, de forma a espelhar nos telões do plenário as imagens que irão para a plataforma do Youtube.

4.1.16. Antes do início da prestação dos serviços, a contratada deverá, por sua responsabilidade, preparar a estrutura do plenário e do auditório, nas condições e prazos detalhados neste documento.

4.1.17. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO Global**, tendo em vista que a quantificação por apenas um item torna a estipulação dos preços mais simples. O critério adotado também direciona a precificação ao serviço prestado como um todo.

4.1.18. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 2021.

4.2. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. Os serviços poderão ser executados no Plenário do prédio nº 50, situado na Praça da República, nº 50, Centro – Rio de Janeiro/RJ, bem como no Auditório do prédio nº 54, localizado na Praça da República, nº 54, Centro – Rio de Janeiro/RJ.

4.2.2. No Plenário do prédio nº 50, a mesa de edição destinada à operacionalização dos trabalhos será instalada ao centro do espaço. Todavia, a critério da Contratante, a mesa de edição e as câmeras poderão ser relocadas no ambiente.

4.2.3. As instalações e montagem necessárias envolverão intervenções na infraestrutura elétrica e logística dos ambientes referidos, sendo todas as atividades integralmente de responsabilidade da contratada. Esta deverá manter, durante todo o período contratual, a estrutura instalada nos dois espaços (prédios nº 50 e nº 54). Nessas hipóteses, deverá ser assegurada a possibilidade de movimentação e instalação dos equipamentos de um local para outro, utilizando-se a infraestrutura previamente preparada para garantir plena funcionalidade em ambos os cenários. Neste caso, todos os cabos e conexões deverão ser dimensionados de maneira suficiente a atender as futuras instalações da sala de sessões plenárias, cujo estudo tem como premissa a transferência da mesa de operações para atrás da última fileira da plateia. Todos os equipamentos já deverão estar conectados com cabos que permitam as transferências para as novas posições de câmeras (piso p/ teto) e mesa de operações (frente p/ fundos da plateia), assim como as instalações elétricas para funcionamento dos equipamentos.

4.2.4. A contratada realizará testes juntamente com a equipe da contratante para avaliar o melhor posicionamento das câmeras, tanto no prédio 50, quanto no prédio 54.

4.2.5. Para a adequação do ambiente físico, caso as câmeras sejam fixadas no teto ou paredes, será necessário o embutimento de todo o cabeamento (elétrico e de transmissão de imagem e som) pelo forro do teto, de forma a garantir a organização estética e a segurança operacional, vedada a exposição de fiações aparentes, devendo ser observadas as características técnicas dos cabos utilizados, de modo a assegurar o pleno funcionamento dos sistemas e evitar interferências entre os diferentes tipos de cabos. No caso da utilização das câmeras no chão, os cabos permanecerão camuflados, de modo a não prejudicar esteticamente o ambiente.

4.2.6. Deverão estar incluídos na execução: o aluguel, montagem e desmontagem de andaimes ou aparato equivalente para serviços em altura, abertura de rasgos no forro, execução da infraestrutura e instalações, fechamento de rasgos ou visitas, acabamento com aplicação de massa e pintura no padrão existente.

4.2.7. A adequação do ambiente físico deverá ser integralmente providenciada e concluída antes da data prevista para o início da execução contratual, constituindo obrigação exclusiva da contratada.

4.2.8. Será de responsabilidade da contratada a obtenção de todas as licenças, outorgas e autorizações eventualmente necessárias para a execução das adequações e serviços descritos nesta cláusula.

4.2.9. Os serviços serão executados de acordo com as seguintes diretrizes:

a. A empresa receberá da Subsecretaria das Sessões, via e-mail, o termo de solicitação de serviço (TSS), com antecedência mínima de 48 horas, indicando as datas da prestação de serviço do mês, podendo haver adição ou supressão de dias, conforme decisão do Órgão, sendo informadas no mesmo prazo

b. Os profissionais sob a responsabilidade da contratante deverão chegar às dependências do TCE-RJ, nos dias das sessões Plenárias, com antecedência mínima de 2 (duas) horas, ou o tempo necessário para o bom desenvolvimento do trabalho.

c. A contratada deverá encaminhar, 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão, a relação dos profissionais que executarão os serviços, os quais deverão estar adequadamente uniformizados (traje passeio completo) e identificados portando crachá.

d. As sessões plenárias do TCE-RJ ocorrem na forma que se segue:

- **Sessões Plenárias Ordinárias:** Ocorrem nas quartas-feiras a partir das 14h30 horas até o encerramento das pautas. Duração média de 02 (duas) horas, podendo ultrapassar esse período, excepcionalmente, ou ainda podendo ocorrer em outro horário, a ser previamente agendado e comunicado à contratada com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da sessão.
- **Sessões Plenárias Extraordinárias:** Ocorrem, quando necessárias, em qualquer dia da semana e horário que for designada, com a duração média de 03 (três) horas, podendo ultrapassar esse período, excepcionalmente,
- **Sessões do Conselho Superior de Administração Ordinárias:** Ocorrem às quartas-feiras, ao término da realização das Sessões Plenárias Ordinárias, na forma estabelecida regimentalmente, com duração média de 01 (uma) hora, podendo ultrapassar esse período, excepcionalmente, ou ainda podendo ser num outro horário previamente agendado e comunicado à contratada em até 24 (vinte e quatro) horas da realização da sessão.
- **Sessões do Conselho Superior da Escola de Contas e Gestão Ordinárias:** Ocorrem às quartas-feiras, logo após a realização das Sessões Plenárias Ordinárias, na forma estabelecida regimentalmente, com duração média de 30 (trinta) minutos, podendo ultrapassar esse período, excepcionalmente, ou ainda podendo ser num outro horário previamente agendado e comunicado à contratada em até 24 (vinte e quatro) horas da realização da sessão;
- **Sessões do Conselho Superior de Administração Extraordinárias:** Ocorrem às quartas-feiras, logo após a realização das Sessões Plenárias Ordinárias, ou qualquer outro dia da semana, quando for necessário, a critério do Corpo Deliberativo, com duração média de 01 (uma) hora, podendo ultrapassar esse período, excepcionalmente, ou ainda podendo ser num outro horário previamente agendado e comunicado à contratada em até 24 (vinte e quatro) horas da realização da sessão;
- **Sessões do Conselho Superior da Escola de Contas e Gestão Extraordinárias:** Ocorrem às quartas-feiras, logo após a realização das Sessões Plenárias Ordinárias, ou em qualquer outro dia da semana, quando for necessário, a critério do Corpo Deliberativo, com duração média de 01 (uma) hora, podendo ultrapassar esse período, excepcionalmente, ou ainda podendo ser num outro horário previamente agendado e comunicado à contratada em até 24 (vinte e quatro) horas da realização da sessão;
- **Sessão Especial:** Ocorre anualmente, na forma estabelecida regimentalmente, a critério do Corpo Deliberativo, com duração média de 05 (cinco) horas, podendo, excepcionalmente, ultrapassar esse período;
- **Sessão Solene:** Ocorre sempre que houver convocação, com duração média de 01 (uma) hora, podendo, excepcionalmente, ultrapassar esse período;

e. Até 2 (duas) horas antes do início das sessões, a contratada deve ter contatado todos os representantes que participarem de forma remota na sessão com finalidade de habilitá-los para a sessão. Esse processo envolve orientação e testes na plataforma Zoom, ou equivalente, utilizada pelo TCE-RJ para viabilizar participação na sessão. Caberá ao profissional da contratada contatar individualmente estes participantes. A lista de participantes remotos com seus detalhes de contatos será providenciada pela Subsecretaria das Sessões (SSE) até 24 horas antes da sessão;

f. Nos dias de sessão, posicionadas as câmeras e já habilitados os participantes remotos, a transmissão ao vivo terá início, via canal do YouTube, em que a contratada deverá

transmitir vídeo e áudio, adicionando a edição básica no “lower third” com os nomes dos membros que estiverem com a palavra.

g. Simultaneamente à transmissão, deverá ser efetuada a gravação da sessão e posterior upload do arquivo de vídeo no streaming de vídeo, imediatamente após a sessão, de modo a garantir maior qualidade ao acervo do canal.

h. A contratada deve gerenciar a troca de câmeras de forma a transmitir ao público a imagem do plenário como um todo e imagem com enquadramento específico em cada um dos oradores.

4.2.10. A contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

4.2.11. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de *1 dia*, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

4.3. ROTINAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1. Os serviços serão solicitados mediante emissão de solicitação de execução de serviço, após chamado da *Subsecretaria das Sessões (SSE)* do **TCE-RJ**.

4.3.2. O serviço compreende a execução das seguintes tarefas básicas:

4.3.3. Manutenção preventiva

4.3.3.1. *A contratada deve certificar, mensalmente, que os equipamentos estão funcionando adequadamente, realizando manutenção preventiva, checagem, calibragem e teste;*

4.3.4. Manutenção corretiva

4.3.4.1. Proceder, sempre que necessário, ou quando recomendado ou solicitado pelo **TCE-RJ**, aos reparos ou consertos que se fizerem necessários.

4.3.4.2. O Tribunal formalizará a solicitação via e-mail institucional, asp@tcerj.tc.br ou sse@tcerj.tc.br, devendo o pleito ser atendido, por padrão, em até 24 horas.

4.3.4.3. O prazo anterior, a critério do Tribunal, poderá ser dilatado a depender da complexidade do serviço, bem como poderá ser reduzido a depender da urgência, levando em conta sempre a razoabilidade e proporcionalidade da solicitação.

4.3.5. Serviços eventuais

4.3.5.1. Considera-se Serviço Eventual, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, todo serviço que extrapolar as rotinas de manutenção preventiva e corretiva descritas neste documento.

4.3.5.2. Verificada a necessidade, o TCE-RJ, por intermédio do Fiscal do contrato, expedirá Ordem de Serviço (OS), convocando a Contratada, sempre que houver a necessária demanda, para a realização de serviços eventuais de manutenção ou de reparos.

4.3.6. Materiais e equipamentos e demais acessórios a serem disponibilizados

4.3.6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

4.3.6.2. Equipamentos para o Plenário do prédio 50:

- 7 (sete) câmeras, conforme descrição anterior no item 4.1;
- 7 (sete) suportes de chão para câmeras compatíveis com PTZ e com a câmera utilizada para o plano geral; Os suportes de chão devem ocupar o menor espaço possível, permitir o ajuste de altura, embutir os cabos e não devem ser tripés. Como exemplo, o modelo Panasonic Panapod ou similar.
- 7 suportes de teto para câmeras; ou 7 suportes de paredes, ambos com altura ajustável;**
- 1 Monitor de vídeo para preview
- 2 computadores ou notebooks de alto desempenho com placa de vídeo dedicada (transmissão e edição)
- Direct box (para captação de áudio)
- Cabeamento necessário para a operação
- Mesa de operações
- Roteadores, switches ou equipamentos semelhantes (tais equipamentos devem ser disponibilizados de forma redundante in loco, garantindo a reposição imediata em caso de falha.)

** A contratada realizará testes para verificar o melhor posicionamento das câmeras (chão, parede ou teto).

4.3.6.3. Os equipamentos para o auditório do prédio 54 consistem nos essenciais para manter uma estrutura pronta e adequada para receber um evento predeterminado, sendo necessária a fixação das estruturas no teto, parede ou chão e a condução do cabeamento até o local da mesa de operações, localizado no fundo do auditório. Os equipamentos do plenário do prédio 50 poderão ser aproveitados nas atividades que ocorrerem no auditório, entretanto, caso se opte, após os testes, pela utilização das câmeras no teto ou paredes, a estrutura, suporte e cabeamento devem ser mantidos durante toda vigência do contrato, tanto no plenário do prédio 50, quanto o auditório do prédio 54. A quantidade de câmeras, suportes para o auditório será definida após os testes realizados pela empresa, considerando que em eventos anteriores foram necessárias, pelo menos, 4 câmeras.

4.3.6.4. O elenco de equipamentos acima não é taxativo, devendo a contratada adequar-se ao detalhamento do objeto descrito neste documento.

4.3.6.5. Ao menos um profissional que atuar diretamente na execução do serviço deve ser habilitado a cumprir atividades técnicas e operacionais relacionadas à operação,

monitoramento e manutenção dos equipamentos, assegurando o funcionamento contínuo e regular dos serviços, em conformidade com as normas e diretrizes aplicáveis.

4.4. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.4.1 Os serviços serão prestados nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, localizado no Palácio Ministro Luiz Gama Filho, Praça da República, nº 50 - Centro - Rio de Janeiro - Brasil - CEP: 20211-351, Plenário, em dias úteis. Poderão ser convocadas sessões no Auditório do prédio 54º, localizado na Praça da República, nº 54, Centro – Rio de Janeiro/RJ. Observa-se que, em casos excepcionais ou de necessidade de manutenção ou reforma do plenário, poderá também a sessão ser realizada no plenário localizado à Praça da República n.º 70, Centro, Rio de Janeiro – RJ, 6º andar. Caso haja necessidade de realização de evento em outro local na cidade do Rio de Janeiro, o Tribunal comunicará com antecedência de, pelo menos, 7 dias úteis.

4.4.2 Antes do início da prestação dos serviços, a contratada deverá garantir que o Plenário do prédio 50 possua a estrutura adequada, conforme descrito no item 4.2 deste documento, bem como preparar a estrutura do auditório do prédio 54 para futura prestação de serviço, também descrito no mesmo item.

4.5 MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

4.5.1 A critério da Unidade Requisitante, a Contratada promoverá a manutenção e suporte técnico sempre que necessário, além de proporcionar a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção do objeto da contratação, além de declarar as condições dos locais onde os serviços para fornecimento do bem em aquisição serão realizados, se necessário.

4.5.2 A Contratada deverá ainda definir a quantidade e qualificação dos profissionais necessários à instalação do bem, se necessário, e especificar detalhes, garantindo a segurança na instalação do bem adquirido, se aplicável.

4.6 SIGILO DE INVIOABILIDADE

4.6.1 A Contratada deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possa ter acesso, durante os procedimentos de fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência.

4.7 CESSÃO DE DIREITOS AO CONTRATANTE

4.7.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

4.7.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua

utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

4.8 DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.8.1 A contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O prazo de execução dos serviços será de **48** (quarenta e oito) horas e começará a contar a partir da data indicada no Termo de Autorização de Início dos Serviços, a ser emitido pela *Subsecretaria das Sessões (SSE)* do **TCE-RJ**, conforme cronograma de execução previsto nos itens 4.1 e 4.2 deste termo.

5.2 A Subsecretaria de Sessões (SSE) será responsável por fornecer com antecedência mínima de 48 horas, a data para prestação do próximo serviço, por meio da emissão do Termo de Solicitação de Serviços (TSS).

5.3 A SSE pode, conforme o caso, cancelar a solicitação da prestação do serviço, sem qualquer ônus para a Contratante, desde que faça num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para a execução. Caso a prestação seja cancelada em menos de 24 (vinte e quatro) horas do início, a Contratante ressarcirá as despesas incorridas pela Contratada, se comprovadas.

6 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O prazo de vigência da contratação será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data indicada no Termo de Autorização de Início dos Serviços, a ser emitido *pela* Subsecretaria das Sessões (SSE) do **TCE-RJ**, após a formalização do **CONTRATO**, com sua posterior publicação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**.

6.2 O prazo de vigência do **CONTRATO** poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

6.3 A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

7 GARANTIA CONTRATUAL

7.1 O contratado prestará garantia financeira para execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.2 . No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a data em que ocorrer a publicação do **CONTRATO**, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.3 O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade de seguro garantia prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

8 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a. Fornecer informações necessárias para abertura de canal de comunicação, objetivando a viabilização de contatos necessários para troca de informações relativas ao início e durante todo desenvolvimento da execução contratual, inclusive para abertura dos chamados por telefone ou por correio eletrônico (*códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente etc.*);

b. Credenciar junto ao TCE-RJ funcionário(s) que atenderá(ão) às requisições dos serviços e receberá(ão) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará(ão) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual;

c. Executar os serviços contratados conforme especificações deste termo e de sua proposta, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução do objeto;

d. Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo Edital e seus anexos;

e. Substituir os materiais considerados fora de padrões, com defeito de fabricação, ou ainda considerados fora das especificações previstas no termo de referência;

f. Utilizar funcionários habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

g. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, observando, ainda, as normas de segurança da Contratante, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

h. Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo;

i. Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do contrato;

j. Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização do TCE-RJ ao serviço em questão;

- k.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do TCE-RJ;
- l.** Cientificar, imediatamente, a fiscalização do TCE-RJ qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no serviço;
- m.** Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização do TCE-RJ;
- n.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- o.** Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos e prejuízos de qualquer natureza, causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização, ficando o TCE-RJ autorizado a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- p.** Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;
- q.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e preços de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;
- r.** Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, inc. II, da Lei Complementar nº 123/ 2006.
- s.** Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta dias), na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- t.** Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;
- u.** Manter em sigilo toda informação referente ao TCE-RJ que a contratada e seus prepostos vierem a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços ora contratados não poderá, sob hipótese alguma, ser divulgada a terceiros, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso das informações sigilosas a que tiver acesso;
- v.** Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do artigo 125 da Lei Federal n.º 14.133/21;

w. Manter, durante toda vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com as obrigações assumidas, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei Federal 14.133/21.

x. Não contratar cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do TCE-RJ ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme § único do artigo 48 da Lei Federal 14.133/21).

y. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, comprovando tal atendimento com documentos e informações, quando solicitado, indicando os empregados que preenchem as referidas vagas, na forma do inciso XVII do artigo 92 e artigo 116 da Lei Federal 14.133/21.

z. As obrigações e responsabilidades da CONTRATADA serão suspensas se a prestação dos serviços for obstada por motivo de greve, sabotagem, rebelião e/ou enchente, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação dos serviços ser comunicado, formalmente, ao TCE-RJ, em 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência.

aa. A contratada deverá assegurar que o Plenário do prédio 50 e o Auditório do prédio 54 estarão adequadamente estruturados para receber a prestação dos serviços, conforme detalhado no item 4.2 deste documento.

bb. A contratada será integralmente responsável pela montagem, instalação, configuração, desinstalação e desmontagem de todos os equipamentos, ferramentas, estruturas e demais recursos necessários à execução dos serviços contratados, sempre que tais procedimentos forem necessários para o adequado cumprimento do objeto contratual. Essa responsabilidade inclui, mas não se limita a:

- Transporte interno dos equipamentos;
- Montagem inicial para início da execução dos serviços;
- Remanejamentos eventualmente necessários durante a execução contratual;
- Desmontagem temporária ou definitiva quando exigida por necessidades operacionais, técnicas, administrativas ou de segurança;
- Desmontagem temporária em decorrência de obra, reforma ou manutenção em quaisquer ambientes cujos equipamentos se encontrem.
- Retirada final dos equipamentos ao término do contrato.

8.2 OBRIGAÇÕES DO TCE-RJ:

a. Expedir a Autorização de Início de Serviços necessária para o começo da prestação de serviços por parte da contratada.

b. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da contratada às dependências da contratante relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência;

c. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, verificando, ainda, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na

contratação e prestando as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratado, que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da contratada;

d. Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos contratualmente e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para o **TCE-RJ** ou modificação das obrigações;

e. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

f. Manter, através da Fiscalização, registros de ocorrências com a junção de documentos relacionados com eventuais serviços realizados em desconformidade com a contratação.

g. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes do termo de referência, edital de licitação e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

h. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos contratualmente;

i. Realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

j. Conduzir os procedimentos relativos a aplicação de reajuste e revisão de preços, se cabível;

k. Aplicar à contratada, penalidades administrativas por descumprimento das obrigações contratuais e do edital de licitação;

l. Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

10.1 Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.

10.1.1 As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante o **TCE-RJ** por todos os atos praticados pelo consórcio

10.1.2 Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

10.1.3 As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo no edital de licitação.

10.2 Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei nº 12.690/12, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA

11.1.1 Comprovação de capacidade técnica operacional, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

11.1.2 A licitante deverá comprovar que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo a ser contratado.

11.1.3 Com relação ao prazo, a licitante deverá demonstrar que executou serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou intercalados, por um prazo mínimo de 1 ano, na forma do §5º do artigo 67 da Lei Federal 14.133/21.

11.1.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.1.5 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.1.6 Prova da disponibilidade de equipamentos, em conformidade com o Quadro de Equipamentos (itens 4.3.6.2 e 4.3.6.3), indispensáveis à execução do objeto desta licitação, em todas as suas fases, mediante apresentação de relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas

11.1.7 Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

11.1.8 Não será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pelas licitantes.

11.1.9 Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

11.1.10 A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contar a empresa atestante para fins de aferição.

11.1.11 VISTORIA TÉCNICA

11.1.11.1 Com o objetivo de avaliar as condições de execução do objeto e esclarecer eventuais dúvidas, fica facultada às empresas interessadas a realização de vistoria técnica, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 10h e 15h, devendo ser previamente agendado com a Subsecretaria das Sessões (SSE) do TCE-RJ, através dos telefones (21) 3231-5607 ou através do e-mail sse@tce.rj.gov.br.

11.1.11.2 A não realização de vistoria implicará na aceitação tácita das exigências constantes neste Termo de Referência, não sendo aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

12 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1 Para fins da avaliação da qualificação econômico-financeira o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

12.1.1 :Balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

12.1.1.1 Os documentos passíveis de apresentação, referidos no item 12.1.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, na forma do artigo § 6º do artigo 69 da Lei Federal 14.133/21.

12.1.1.2 A situação econômico-financeira das empresas licitantes será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência (SG), os quais deverão ser superiores a 1 (um).

LG =	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$
LC =	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$
SG =	$\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$

12.1.1.3 A licitante que evidenciar índices contábeis iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, poderá apresentar alternativamente a capacidade financeira que almejam, através da comprovação de patrimônio líquido de no mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação ou parte diretamente proporcional a itens porventura divisíveis do objeto.

12.1.1.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.1.1.5 Se, após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis, tiver havido modificações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último balanço patrimonial, será esta considerada, desde que homologada pela junta comercial e acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração.

12.1.1.6 A licitante deverá apresentar demonstração e declaração, assinada por profissional habilitado da sua área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômico-financeiros previstos e exigíveis na licitação.

12.1.1.7 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

12.1.1.8 Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, no que se refere à adequação física do ambiente prevista nos itens 4.2.5 e 4.2.6 deste documento, caso, para a fixação das câmeras no teto ou parede, seja necessário profissional especializado nas intervenções elétricas e nas intervenções no forro de gesso, nas seguintes condições:

13.2 É vedada a sub-rogação, cessão ou transferência da parcela subcontratada;

13.3 É vedada a subcontratação da prestação do serviço que configure a parte principal do objeto, notadamente envolvendo filmagem, transmissão, edição e gravação.

13.4 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de habilitação e qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.5 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o TCE-RJ pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1 O gerenciamento e a fiscalização do contrato caberão, respectivamente, a servidores da **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)** e da Subsecretaria das Sessões (**SSE**) do **TCE-RJ**, que determinará(ão) o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução TCE nº 379/2021, na(s) sua(s) falta(s) ou impedimento(s), ao(s) seu(s) substituto(s).

14.2 Ficam reservados ao Gestor do contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o **TCE-RJ** ou modificação da contratação.

14.3 As decisões que ultrapassarem a competência do gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.

14.4 A Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Gestão e Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

14.5 A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Contratante ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da Contratante ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Contratante dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

15 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 O critério de medição do objeto será o dia de serviço efetivamente prestado, compreendendo a os serviços descritos no detalhamento do objeto, desde a filmagem e edição até o upload do vídeo na plataforma de streaming e a posterior modificação, caso necessária.

15.2 A contratada deverá enviar mensalmente, junto à nota fiscal, relatório relativo ao mês em questão contendo informações relativas à quantidade de dias de serviços prestados no período, bem como os links referentes ao serviço na plataforma de streaming.

15.3 O recebimento do objeto será realizado de forma provisória pela *Subsecretaria das Sessões (SSE)* do **TCE-RJ**, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** e nos termos do art. 140, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 14.133/21.

15.4 Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

15.5 Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

15.6 O recebimento definitivo do objeto será efetuado *mensalmente* pela Subsecretaria das Sessões (SSE) do **TCE-RJ**, nos termos do art.140, inciso II, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, no prazo máximo de *5 (cinco) dias úteis*, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no Termo de Referência.

15.7 O aceite/aprovação dos produtos pelo **TCE-RJ** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

16 FORMA DE PAGAMENTO

16.1 A contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva à Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos – CGA, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

16.2 Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – **TCE-RJ**, CNPJ/MF nº 30.051.023/0001-96, situado à Praça da República, nº 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

16.3 O pagamento será efetuado pelo **TCE-RJ**, conforme a quantidade de dias de serviços prestados, mediante crédito em conta corrente da Contratada, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, contado da atestação da nota fiscal, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.

16.4 Verificado qualquer erro, o documento de cobrança será devolvido à Contratada, e o prazo para pagamento será contado somente a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura isenta de erros.

17 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Termo de Referência e do correspondente Edital de Licitação, o **TCE-RJ**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.2 Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Item 18.1 do Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual, a Contratada estará sujeita a multas no caso da ocorrência das situações correlacionadas e graduadas adiante, relacionadas especificamente a efetiva execução do objeto, relevadas possíveis justificativas que possam ser apresentadas por parte da contratada e aceitas pelo TCE-RJ.

ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
1	O atraso injustificado na assinatura do contrato, fora do prazo definido previamente no edital de licitação e seus anexos	Multa moratória, de 0,5%, por dia de atraso injustificado, limitado a 10%	Valor Adjudicado
2	O atraso injustificado na apresentação da garantia financeira, inclusive no caso de suplementação ou reposição (inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	Multa moratória, de 0,5 %, por dia de atraso, limitado a 10%	Valor do Contrato ou remanescente

ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
3	O atraso injustificado, para iniciar a execução do objeto no prazo previsto no instrumento contratual, edital de licitação e seus demais anexos (art.162 da Lei Federal 14.133/21)	Multa moratória, de 1 %, por dia de atraso injustificado, limitada até 30%	Valor do Contrato
4	Atraso na substituição de empregado que se conduza de modo inconveniente ou não demonstre qualificação para executar os serviços contratados	0,5 %, por dia de atraso injustificado	Valor do Contrato ou remanescente
5	Efetuar o fornecimento e distribuição de materiais, insumos, equipamentos e utensílios, em quantidade e qualidade fora dos padrões previstos no Termo de Referência e Anexos	Multa compensatória de 5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%, sujeita ainda as demais sanções legais	Valor do Contrato ou remanescente
6	A não disponibilização de canal de atendimento, seja telefônico ou por meio digital , inviabilizando a devida comunicação com a contratada	Multa compensatória de 5%, duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor do Contrato ou remanescente
7	Desatender as determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução contratual , assim como as de seus superiores (inciso II do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória de 5%, por ocorrência, limitada a 30%	Valor do Contrato ou remanescente
8	Não apresentar documentos de comprovação fiscal exigidas na fase de pagamento da prestação de serviços , previstas no instrumento contratual ou edital e seus anexos (inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória de 5% por ocorrência	Valor do Contrato ou remanescente
9	Efetuar a subcontratação total ou parcial do objeto , não admitida no contrato ou edital e seus anexos (inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória de 20%	Valor do Contrato ou remanescente
10	Paralisar o serviço/fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração (inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória de 20%	Valor do Contrato ou remanescente

I - Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura do Contrato (ou retirada/aceite de empenho ou instrumento equivalente), sem a manifestação do adjudicatário, ficará configurada a recusa a que alude o § 5º do artigo 90 da Lei Federal 14.133/21, sujeitando-a ao Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de 1 (um) ano, além da aplicação da multa prevista no item 1 da Tabela de Eventos, devidamente convertida em compensatória, na forma do parágrafo único do artigo 162 da Lei Federal 14.133/21.

II - A inexecução da avença contratual sujeitará o contratado a multa compensatória de 30% do valor da contratação, além da possibilidade da aplicabilidade do Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de 1 (um) ano.

III - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, não sendo ainda compensatórias diante da sua natureza, seja por mora ou pena, ressalvadas a exceção prevista do parágrafo único do artigo 162 da Lei Federal 14.133/21.

IV - Observados reiterados atrasos injustificados durante a execução contratual, a multa de mora aplicada poderá ser convertida em compensatória, podendo a Administração promover a extinção unilateral com a aplicação cumulada de outras sanções administrativas, consoante disposições contidas no caput e § único do artigo 162 da Lei Federal nº 14.133/2021;

V - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se existente, ou será cobrada judicialmente.

VII - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar.

VIII - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do TCE-RJ de rescindir de pleno direito a Ata, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.”

18 SUSTENTABILIDADE

18.1 O fornecedor deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber.

18.2 No caso de descarte e destinação ambientalmente adequada dos inservíveis, eventualmente utilizados e/ou substituídos na execução do fornecimento do objeto, o fornecedor deverá proceder ao descarte e destinação ecologicamente correta.

18.3 A destinação final será responsabilidade do fornecedor e deverá ser realizada de acordo com a (citar lei ou regulamento que determina a forma e local), do (citar órgão responsável pela edição do regulamento) em consonância com a legislação vigente à época.

18.4 Todos os custos referentes ao recebimento de inservíveis, tais como coleta, transporte, recebimento e manuseio, correrão por conta da Contratada.

19 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação serão atendidas pela dotação a ser indicada no instrumento convocatório.

19.2 O presente termo de referência foi concebido com base nas normas legais aplicadas à matéria e nas premissas recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – **TCE-RJ**.

19.3 Este termo de referência constituirá parte integrante do edital da licitação a ser instaurado para viabilizar a contratação de empresa devidamente qualificada e que apresente o melhor preço para fornecimento do bem objeto desta demanda.

19.4 As empresas interessadas em participar da licitação serão integralmente responsáveis pela avaliação e levantamento dos custos relativos à execução do objeto, sendo inteiramente responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de avaliação equivocada ou da ausência desta.

